



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638478 - PR (2021/0000954-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
REGINA YURICO TAKAHASHI - PR013315
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : VALDEMIR OBLADEN (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VALDEMIR OBLADEN em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0067998-66.20208.16.0000).

O paciente foi preso em flagrante no dia 06/11/2020 pela suposta prática do delito de tráfico de drogas, com dispensa da audiência de custódia e prisão preventiva decretada de ofício.

Sustenta que a decretação da prisão preventiva de ofício caracteriza constrangimento ilegal, uma vez que não houve requerimento ministerial.

Requer, liminarmente, o relaxamento da prisão preventiva e a expedição do alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão. O desembargador relator justificou, de forma fundamentada, a possibilidade de decretação da prisão preventiva de ofício (fl. 11):

[...]

Inicialmente, salienta-se que, no caso, houve a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, nos termos do inciso II do artigo 310 do Código de Processo Penal, dispositivo que não foi revogado ou alterado com a publicação da Lei nº 13.964/19, de modo que não há que se falar em impossibilidade de sua aplicação.

Portanto, ao contrário do que sustenta a impetrante, não há qualquer ilegalidade na conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva

pelo MM. Juízo competente.

[...]

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente